



fb.me/AssociacaoAIDA
linkedin.com/in/aida-associacao-695a25100

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

PALOP NEWS

131

EDIÇÃO MENSAL



▶ NOTÍCIAS DE ANGOLA

INFLAÇÃO EM ANGOLA SOBE 22,4% E KWANZA DEVE CAIR 60% ESTE ANO

A consultora NKC African Economics reviu a estimativa de evolução da inflação em Angola, antevendo uma subida de 22,4% nos preços e uma depreciação de 60% da moeda nacional, o kwanza, este ano.

“A moeda nacional permanece vulnerável às mudanças no sentimento global e deverá depreciar-se em mais de 60% em 2020 comparado com o ano passado, o que vai continuar a colocar pressão nos preços do consumidor, devido à forte dependência de Angola dos bens importados”, referem os analistas da NKC.

Num comentário à evolução da inflação em Angola, os analistas escrevem que “a implementação gradual de um IVA de 14%, bem como os antecipados aumentos nas propinas para a educação superior, vão continuar a pressionar a inflação em 2021”.

Assim, os analistas dizem esperar uma inflação média de 22,4% este ano, agravando-se face aos 17,1% registados no ano anterior, e prevendo que abrande o crescimento para 20% no próximo ano.

Os preços em Angola aumentaram 1,81% entre Setembro e Outubro, segundo um relatório mensal do Instituto Nacional de Estatística (INE) angolano, colocando a inflação acumulada a 12 meses no valor mais alto desde Dezembro de 2017.

“Apesar das más condições económicas, a inflação continuou a subir em 2020, principalmente devido à queda no preço do petróleo ocorrida este ano e à liberalização cambial do ano passado, que fez com que o kwanza tenha perdido

25% do seu valor desde o início do ano”, apontam os analistas, lembrando que em média, em Outubro, foram precisos 645 kwanzas para comprar um dólar, “o pior registo cambial de sempre”.

Na proposta do Orçamento Geral do Estado angolano para 2021, Luanda estima uma taxa de inflação acumulada anual de 18,27% para o próximo ano.

No início de Setembro, a agência de ‘rating’ Fitch previu uma recessão de 4% em Angola e uma subida da inflação para 24% durante este ano.

“A contracção no sector petrolífero, combinada com a falta de liquidez em dólares, vai manter Angola no quinto ano consecutivo de recessão, com uma contracção de 4% e uma aceleração da inflação para 24% este ano, bem acima da média dos países com nota B, de 4,8%”, afirmou então a agência, acrescentando que a economia angolana “continua a ser limitada pelo alto nível de dependência de matérias-primas”.

Devido à pandemia de covid-19, verificou-se uma redução do preço do barril de petróleo, o que levou a que os Estados-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus parceiros reduzissem a produção, de modo a equilibrarem o preço do barril de petróleo.

FONTE: LUSA EM ANGOLA 24 HORAS

2020
NOVEMBRO

AIDA

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO



PME QUALIFY

WWW.AIDA.PT

ANGOLA

Inflação em Angola sobe 22,4% e kwanza deve cair 60% este ano

Covid-19: Economia de Angola caiu 8,8% no segundo trimestre

MOÇAMBIQUE

Governo moçambicano projeta crescimento do PIB em 2,1% no próximo ano

PIB cai mais de 3% e exportações em USD 400 milhões

CABO VERDE

Governo cabo-verdiano pede aumento ao limite do endividamento em 2021

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

São Tomé e Príncipe lança em breve concursos para duas centrais hidroelétricas

GUINÉ BISSAU

Economia da Guiné-Bissau em risco de entrar em ‘default’

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO:

Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA CCI

DESIGN E PAGINAÇÃO:

Incograf[®]

PROPRIEDADE:

AIDA CCI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:

1000 exemplares



UNIAO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

COVID-19: ECONOMIA DE ANGOLA CAIU 8,8% NO SEGUNDO TRIMESTRE



A economia de Angola registou um crescimento negativo de 8,8% no segundo trimestre deste ano face ao período homólogo, anunciou o Instituto Nacional de Estatística, atribuindo esta “desaceleração acentuada” à pandemia de covid-19.

“A desaceleração acentuada da actividade económica reflectiu o impacto da pandemia da COVID-19, que se fez sentir no referido trimestre”, lê-se no comunicado sobre as contas de abril a junho, que salienta que “a variação negativa é atribuída, fundamentalmente, às actividades de Pesca (-27,8%), Petróleo (-8,2%), Extracção de Diamantes (-15,6%), Construção (-41,0%), Comércio (-0,1%), Transporte (-78,9%), Governo (-7,1%), Imobiliária (-17,6%), Impostos (-53,6%), Outros serviços (-2,1%), Indústria Transformadora (-4,0%) e Subsídios (-71,7%)”.

A divulgação das estatísticas relativamente ao segundo trimestre surge depois da demissão do presidente do INE, Camilo Ceita, a quem a comunicação social local atribui ao facto de ter sido apresentado uma versão preliminar do documento, no qual a queda do PIB no segundo trimestre era de 12,7%, que terá merecido a discordância do Governo, tal como terá também acontecido em janeiro relativamente aos números da inflação.

No encontro com os jornalistas, a nova directora-geral lembrou que a queda do PIB no segundo trimestre face ao período homólogo resulta dos “problemas estruturais que estão na nossa economia, e que foram agravados pelo impacto da pandemia de covid-19”.

Channey Rosa John alertou ainda que “a pandemia não vai terminar agora” e concluiu que “estão a ser tomadas medidas para ver o que se consegue fazer para termos uma economia saudável e restaurada”.

Durante uma conferência de imprensa, a direcção do INE foi também questionada sobre o impacto de uma queda de 8,8% no segundo trimestre, que se junta à variação negativa de 0,5% nos primeiros três meses deste ano, que por sua vez surge na sequência de quatro anos de crescimento anual negativo.

“O mundo em geral está a passar por um momento muito difícil, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para uma quebra acima de 4%, e Angola não é um país isolado, essas questões afectam significativamente o país, sendo que Angola não foi só afectada pela pandemia, já vinha experimentando recessões ao longo dos últimos quatro anos, que foram agravadas com a situação da pandemia”, disse a directora adjunta do departamento económico do INE.

Acrescentou ainda que: “O INE faz inferência estatística, não define a política macroeconómica, apresenta a fotografia do ponto de vista da caracterização, para ajudar os decisores de política macroeconómica a tomarem decisões coerentes, consistentes e que certamente vão impactar a vida de todos nós; o que o INE deve fazer para ajudar a tomar essas decisões é entregar e colocar à disposição dados estatísticos fiáveis e credíveis que vão permitir a tomada de decisões de política macroeconómica”.

FONTE: LUSA EM ECONOMIA AO MINUTO

GOVERNO MOÇAMBICANO PROJECTA, PARA 2021, UM CRESCIMENTO DO PIB EM 2,1%

O Governo moçambicano projecta a retoma gradual do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) numa taxa de 2,1% no próximo ano, apesar da covid-19 e da guerra no norte do país, referiu o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane.

“Isto são projecções na base de pressupostos e os pressupostos podem sempre falhar”, alertou o governante, destacando as incertezas criadas pela covid-19 e pela violência armada na província de Cabo Delgado, a norte de Moçambique.

Nas projecções do Governo para o próximo ano, na maioria dos sectores, apontam para uma recuperação, com destaque para agricultura, com 4%, e construção, com 3%, segundo Adriano Maleiane.

As projecções do Governo moçambicano coincidem com os dados do Fundo Monetário Internacional e do Standard Bank, que estimam uma expansão do PIB de 2,1%.

Por outro lado, a consultora Economist Intelligence Unit (EIU) prevê uma recuperação de apenas 1,2% para Moçambique em 2021, devido aos impactos da pandemia de covid-19.

Em meados de Outubro, o Governo moçambicano submeteu ao parlamento uma proposta de Orçamento Rectificativo revendo em baixa a taxa do PIB para este ano, que passou de 2,2% projectados em Abril para 0,8 até ao final deste ano.

A revisão em baixa foi justificada pelo impacto da pandemia de covid-19 e por despesas militares com a violência armada que já fez cerca de 2.000 mortes e 435.000 pessoas deslocadas em Cabo Delgado (norte).

FONTE: NOTÍCIAS DE MOÇAMBIQUE MMO

PIB CAI MAIS DE 3% E EXPORTAÇÕES EM USD 400 MILHÕES



A redução ocorreu no primeiro trimestre deste ano, devido ao terrorismo em Cabo Delgado, aos ataques armados atribuídos à Junta Militar da Renamo em Manica e Sofala e por conta da pandemia do novo Coronavírus, segundo o governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, que falava na abertura do 45º conselho coordenador da instituição que dirige, na cidade de Chimoio, província de Manica.

GOVERNO CABO-VERDIANO PEDE AUMENTO AO LIMITE DO ENDIVIDAMENTO EM 2021



“Durante o ano de 2021, o défice do Orçamento do Estado financiado com recursos internos pode ir até ao limite de 4,5% do PIB a preços de mercado”, lê-se na proposta de lei, que permitirá ao Governo aumentar a emissão de dívida pública.

O Governo cabo-verdiano vai pedir ao parlamento para aumentar o limite do endividamento interno fixado anualmente em 3% do PIB para 4,5% em 2021.

O Governo recorda que a crise sanitária e económica provocada pela pandemia da covid-19 tem obrigado à adopção de “um conjunto de medidas” de “carácter excepcional” para “contro-

O regulador do sistema financeiro explicou que implementou uma série de medidas de política monetária para evitar que os efeitos económicos dos factores acima mencionados fossem mais severos.

Entre as medidas que o governador do Banco Central referiu, consta a redução da taxa de juro para aliviar os custos de financiamento às famílias e empresas.

“Reduzimos a nossa taxa de juro, a conhecida taxa MIMO, de 12,75% para 10,25%. Reduzimos ainda a percentagem dos depósitos que os bancos são obrigados a manter junto do Banco de Moçambique, tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, de 13 para 11,5% e de 36 para 34%”, respectivamente, explicou Rogério Zandamela.

Apesar do contexto adverso que o país atravessa, o Banco de Moçambique avalia positivamente o ano de 2020. Rogério Zandamela disse que foi assegurada a estabilidade macroeconómica.

FONTE: NOTÍCIAS DE MOÇAMBIQUE MMO

lar a situação epidemiológica do país” e “mitigar o efeito da crise económica”, com o reforço de medidas de inclusão social e apoio às empresas.

Esta proposta de lei do Governo estabelece “uma medida temporária de aumento do limite do endividamento interno, no âmbito do contexto da covid-19”. Isto porque, para garantir a sustentabilidade das finanças públicas, a Lei de Bases do Orçamento do Estado estabelece um limite específico de endividamento anual da administração central, designadamente “o limite anual do financiamento com recursos internos até 3% do Produto Interno Bruto a preços de mercado”.

“Durante o ano de 2021, o défice do Orçamento do Estado financiado com recursos internos pode ir até ao limite de 4,5% do PIB a preços de mercado”, que permitirá ao Governo aumentar a emissão de dívida pública.

O Governo de Cabo Verde estima um PIB de 194.320 milhões de escudos (1.755 milhões de euros) para 2021 no arquipélago, pelo que o endividamento interno, com um peso de 4,5% do PIB, poderá valer até quase 8.745 milhões de escudos (78,9 milhões de euros) no próximo ano.

“Foi necessário estabelecer uma medida temporária que visa aumentar o endividamento interno, no âmbito da covid-19, enquanto medida preventiva, caso não seja possível adoptar outras medidas de financiamento, sobretudo, externo e donativos, ou diminuição da necessidade de financiamento”, justifica o Governo, na mesma proposta de lei.

Em causa, estão medidas de “carácter excepcional” que “decorrem de políticas orçamentais de curto prazo, traduzindo-se numa política expansionista do lado da despesa, que conferirá uma maior pressão de necessidade de financiamento por parte do Orçamento do Estado”, aliado “à rigidez estrutural das despesas do Estado, à in-

certeza da evolução da pandemia e, consequentemente, na arrecadação de receitas fiscais”.

“Contudo, pese embora o Orçamento do Estado para o ano económico de 2021 tenha presente os desafios acima apresentados, os últimos dados relativamente à evolução da situação epidemiológica do país e a nível mundial vêm acentuar a incerteza do quadro macroeconómico e os riscos fiscais, tornando imperativo e de forma prudente identificar e flexibilizar outras fontes de financiamento, nomeadamente através do endividamento interno”, alerta o Governo.

Na proposta de lei do Orçamento do Estado para 2021, que também foi discutida e votada na generalidade, o Governo inscreveu a previsão de atingir os 76.813 milhões de escudos (693 milhões de euros) de ‘stock’ em dívida pública emitida internamente – em Títulos do Tesouro e Bilhetes do Tesouro -, um crescimento de 8,3% face ao montante previsto atingir em 2020.

Já o ‘stock’ da dívida externa deverá ultrapassar em 2021, segundo a previsão do Governo, os 206.730 milhões de escudos (1.867 milhões de euros), um aumento de 5,2% no espaço de um ano.

Globalmente, a dívida pública de Cabo Verde deverá atingir os 145,9% do PIB em 2021, com um peso de quase 40% no mercado interno.

No próximo ano, os desembolsos de dívida previstos pelo Governo ascendem a 16.059 milhões de escudos (149 milhões de euros), com um peso de 63,5% do financiamento externo.

A proposta de Orçamento do Estado para 2021 ascende a 77.896 milhões de escudos (706,4 milhões de euros), o que corresponde a um aumento de 27,3 milhões de euros em relação ao Orçamento rectificativo.

Depois de uma recessão histórica, entre 6,8% e 8,5% este ano, o ministro avançou que as previsões apontam para um crescimento económico no próximo ano de 4,5%, mas só se o país conseguir controlar a pandemia e se verificar um desconfinamento em todo o mundo.

Para o próximo ano económico – marcado pela realização de eleições legislativas e presidenciais -, o Governo cabo-verdiano prevê ainda uma inflação de 1,2%, défice orçamental de 8,8% e uma taxa de desemprego a reduzir de 19,2% para 17,2%.

FONTE: ECV COM LUSA EM O JORNAL ECONÓMICO

EM BREVE SERÃO LANÇADOS CONCURSOS PARA DUAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS

O governo de São Tomé e Príncipe anunciou que o país vai avançar, em breve, com concursos públicos para a construção de duas centrais hidroelétricas, uma no Rio Grande, outra em Bombaim.

“Estamos a desenvolver alguns projectos de hidroelétricas, com o apoio do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento e do PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] com enfoque particular para as bacias do Rio Grande e do Bombaim”, afirmou o ministro das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente são-tomense, Osvaldo Abreu.

Pensamos, nos próximos tempos, retomar o concurso público para estas duas centrais hidroelétricas, além da do rio Papagaio, que já está em curso”, acrescentou o governante são-tomense.

Com estes projectos hidroelétricos e outros de centrais solares fotovoltaicas, atrasados pela pandemia de Covid-19, mas também por algumas incertezas dos investidores face à situação económica do país, São Tomé e Príncipe acredita que será possível “em 2025 ter uma produção de energia renovável para além de 60% das necessidades”, apontou Osvaldo Abreu.

Para o ministro, um dos grandes desafios do país, que tem uma proporção muito elevada de produção eléctrica através de centrais a diesel, é precisamente o da transição energética.

Porque, apesar de a produção nacional ser bastante pequena — a rondar os 18 megawatts, referiu —, o país produz apenas dois megawatts com base em fontes renováveis, ou seja, com a hidroelétrica do Contador, explicou.

Isto constitui um dos grandes desafios estratégicos do nosso país, deste governo e das governações que nós temos tido. E os esforços têm sido desenvolvidos para mudarmos este processo”, assegurou.

Por isso, além de um plano de transição energética, o país traçou também um plano de emergência energética, tendo em consideração não só que a questão da proporção da produção diesel/renovável “é aceitável”, mas também as dificuldades que tem tido “em garantir o combustível, o diesel, para as centrais”, adiantou o ministro.

O país já enfrentou roturas de abastecimento de combustível em algumas ocasiões, “com problemas sociais bastante alarmantes”, lembrou.

“[Isto] levou-nos a acelerar o processo da transição energética e a convidar os investidores para que fizessem propostas, para passarmos logo à implementação de alguns projetos em tempo de execução mais que curto. Estamos a falar de energia com a base no solar fotovoltaico”, referiu.

O ministro garantiu que houve várias propostas, com memorandos e acordos assinados para a

construção de centrais fotovoltaicas, mas, por causa da pandemia, estes sofreram atrasos. Contudo, segundo Osvaldo Abreu, o executivo está neste momento “em conversações com o Banco Mundial para retomar estes processos”.

O ministro concluiu, na sua intervenção na sessão de encerramento do Fórum Energia e Clima, com um apelo aos parceiros para que ajudem o país a criar “uma espécie de fundo de garantia para que os investidores se possam sentir mais à vontade” em investir em São Tomé e Príncipe, permitindo assim uma implementação mais rápida destes projectos.

“Porque no âmbito dos esforços que temos desenvolvido para atrair os investidores para o nosso sistema energético de energia renovável” foi perceptível que a fraca economia do país “põe ali um obstáculo” de “sustentabilidade do próprio investimento”, assinalou.

Para o presidente do Fórum da Energia e Clima, Ricardo Campos, as “crises globais precisam de respostas globais e a frente lusófona pode ter um papel determinante, uma vez que representa 270 milhões de pessoas, com países muito diferentes e com necessidades também diferentes”.

Assim, promover uma conversa em torno das crises globais e dar voz ao “espaço de amizade e cooperação” da CPLP é o principal objectivo do fórum, referiu.

FONTE: RTP NOTÍCIAS

▶ NOTÍCIAS DE GUINÉ BISSAU

ECONOMIA DA GUINÉ-BISSAU EM RISCO DE ENTRAR EM `DEFAULT`

O analista económico Aliu Soares Cassamá referiu que é possível prever que a Guiné-Bissau entre em incumprimento financeiro, tendo em conta o elevado nível de dívida externa, que ronda os 80% do Produto Interno Bruto (PIB).

A situação da Guiné-Bissau “tende a degradar-se” à luz dos próprios critérios de convergência da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), que determina que nenhum país pode ter dívida pública superior a 70% do seu PIB.

Quadro sénior de um banco comercial em Bissau, o economista entende que “ou o país inicia rapidamente a renegociação da sua dívida ou o seu perdão ou então corre risco de vir a entrar em `default` (incumprimento financeiro)”, observou.

O economista explicou que um país entra em `default` quando a sua dívida pública dispara de

forma exponencial ao mesmo tempo que tem as Finanças Públicas em degradação acentuada.

No caso da Guiné-Bissau, disse que o quadro existe, a que acresce ainda uma flexibilidade “cada vez mais reduzida” de o país conseguir financiamento externo, com a visível queda das receitas colectadas internamente. Apontou ainda que neste momento a receita interna da Guiné-Bissau “caiu em 50%” e que dessa colecta 76% são destinados para o pagamento de salários aos trabalhadores públicos e os restantes 24% “nem chegam para pagar dívidas ou fazer investimentos.

O caminho para evitar o colapso, seria produzir mais, desenvolver o sector industrial, promover reformas no ensino e no quadro fiscal, evitar “o endividamento irracional” e sair da dependência de uma economia baseada sobretudo na castanha do caju, notou.

Em resumo, disse Soares Cassamá, o quadro atual de dependência de toda a economia guineense na castanha do caju caracteriza-se pelo baixo nível de crescimento e uma acentuada

instabilidade macroeconómica.

O analista prevê também que a economia guineense “vai sofrer ainda mais”, dada a sua fragilidade e exposição ao chamado choque externo, sobretudo quando, disse, começar a aparecer o verdadeiro impacto provocado pela covid-19.

Soares Cassamá explicou que os credores a que se refere são Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco de Desenvolvimento da África Ocidental, Banco Africano de Desenvolvimento e União Económica e Monetária da África Ocidental.

O Ministério das Finanças da Guiné-Bissau está a tentar estabelecer um novo programa com o Fundo Monetário Internacional, com o apoio do Banco Mundial, com o objectivo de “equacionar a sustentabilidade” da dívida do país.

Num relatório, divulgado recentemente, o Fundo Monetário Internacional prevê que a economia guineense cresça 3% em 2021.

FONTE: RTP NOTÍCIAS